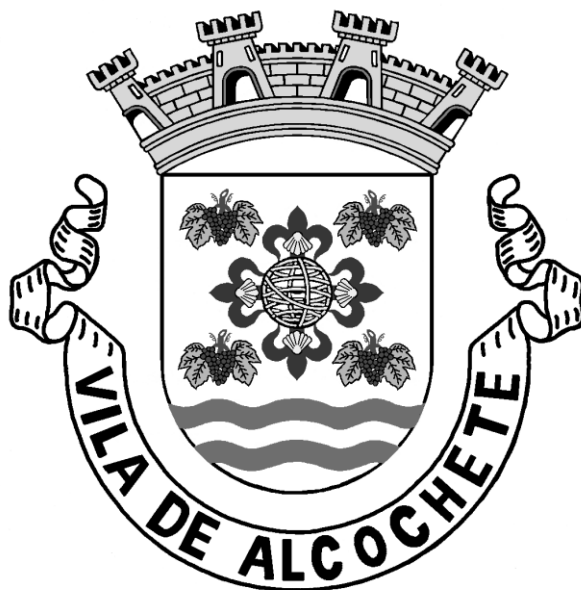




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02 /19

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 22 DE
FEVEREIRO DE 2019**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Susana Isabel Marques Pereira Maia, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Maria de Fátima Vieira. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- João Ricardo Figueiredo Lopes, e João Marques ambos por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Alexandra Brás. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, por motivo de saúde, tendo sido substituído por António Joaquim Gomes Almeirim. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 28 de setembro de 2018

Submetida à discussão, pelo presidente da Assembleia foram propostas as seguintes alterações:

Página 2:

Onde se “lê por Dr. Mário”, deverá ler-se “pelo Dr. Mário”;

Nas presenças do Partido Socialista deve incluir-se Bruno José Pereira Soares.

Página 4, 2.ª linha onde refere “das das uma” deve ler-se “ou as atas.

Página 17, onde consta “em relação a período” deve ler-se “em relação ao período”.

Página 21- 2ª linha, 3.º parágrafo onde consta “de salientar de” deve ler-se “de salientar que”.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Alexandre Gonçalves:

Colocou algumas questões que preocupam a bancada do CDS-PP, nomeadamente:

- Obra do Miradouro *Amália Rodrigues*, prazo para conclusão e medidas a adotar pelo executivo no caso de incumprimento por parte da empresa.

- Atos de vandalismo em viaturas que se verificaram numa dada área da vila de Alcochete, questionou se o executivo tem conhecimento da situação e que diligências foram tomadas (aproveitando para condenar os atos de forma veemente).

- Falta de estacionamento que se tem vindo a agudizar na vila de Alcochete, questionando se o executivo tem consciência deste problema.

- Apanha de bivalves (que é um assunto abrangente e envolve entidades de várias áreas), questionou o que entende o executivo fazer para resolver o problema.

- Ana Lúcia Maduro:

Deu os parabéns ao executivo pela mudança na imagem corporativa da câmara, salientando o facto de esta ter sido elaborada por funcionários da câmara, o que não aconteceu em 2007.

- Henrique da Câmara:

Manifestou preocupação com a obra do Miradouro *Amália Rodrigues* quanto á sua conclusão. Entende ainda, que o executivo deve ter algum problema com as obras públicas, dado que a obra da Escola da Restauração terminou tarde, na Escola do Valbom ainda não se iniciaram (apesar de já ter sido anunciado por duas vezes), da rua do Láparo nem vale a pena falar e o multibanco em S. Francisco já se passaram cerca de dezasseis meses (apesar de já lá estar o bunker) e a população continua sem este serviço.

Outro assunto que o preocupa é a possível instalação do aeroporto na BA6. Questionou qual é a posição do presidente da câmara, se é a favor ou contra e que preocupações foram entregues através do caderno reivindicativo apresentado, dado que o desconhecem.

- Luiz Batista:

Afirmou que obras de regeneração ou requalificação são sempre bem-vindas, porém questionou qual o motivo que levou a que na requalificação das ruas António Maria Cardoso e Francisco Diogo não ficassem contempladas as obras de substituição de passagem de gás, eletricidade ou telecomunicações, quando serão substituídas as de água e saneamento, salientando ser necessário sentido de oportunidade para execução das mesmas.

Aproveitando o tema, solicitou que o executivo exigisse junto das operadoras mais respeito não só pela propriedade privada que é utilizada nestas passagens, como também pela paisagem urbana (imensos fios que desfiguram a vila).

Manifestou também preocupação com a obra do Miradouro *Amália Rodrigues* bem como com os atos de vandalismo, os carros abandonados na via pública e a falta de estacionamento.

Alertou para a falta de limpeza de alguns terrenos, dando como exemplo um de que já deu anteriormente conhecimento, que se situa junto à Praia dos Moinhos e embora seja privado, a câmara tem poder para se substituir ao proprietário e efetuar a limpeza e posteriormente cobrar os custos a quem de direito.

- Presidente da câmara:

Sucintamente informou e esclareceu:

Em resposta a Alexandre Gonçalves, informou que o executivo teve conhecimento (através das redes sociais) dos atos de vandalismo que ocorreram não só num bairro habitacional na vila de Alcochete. As autoridades já foram abordadas e em particular o comandante do Destacamento da GNR de Montijo e Alcochete, Ricardo Samouqueiro, o qual informou não ter sido efetuada nenhuma detenção, nem ter sido feita qualquer identificação. Transmitiu ainda, que iria reforçar o patrulhamento em função da disponibilidade dos recursos humanos e de locomoção para nas noites mais próximas ser feito um acompanhamento diferente do que é habitual.

Quanto à atividade dos mariscadores, informou ter sido convidado a estar presente na manhã do presente dia, no Barreiro, onde decorreu a assinatura do Auto de Consignação para a construção e implementação naquele local de uma unidade de transformação e valorização de bivalves, estando a aguardar que lhe seja remetido o documento mais pormenorizado. Contrariamente àquilo que pensava, irá ser criado um investimento de cerca de dois milhões de euros envolvendo um conjunto de organismos com responsabilidade direta na matéria, para além da Ministra do Mar, IPMA e Doca Pesca. O objetivo é que a infraestrutura sirva fundamentalmente de depósito, transformação e valorização de bivalves, procedendo após o tratamento respetivo, à sua distribuição por via da Doca Pesca.

Após conversa com a Ministra do Mar, foi-lhe dito que existe uma grande envolvimento de várias entidades com responsabilidades diretas e indiretas nesta matéria.

O executivo, bem como qualquer outro, não tem capacidade para resolver este problema, mas quer fazer parte da solução, com empenho e determinação conjuntamente com os outros autarcas das zonas ribeirinhas afetadas.

Em relação à falta de estacionamento é um problema que existe há já alguns anos. Trata-se de um problema estrutural, bastando olhar para os edifícios que são construídos, verifica-se que são edifícios com garagens mas estas não satisfazem o número de inquilinos do respetivo prédio.

O executivo em todos os investimentos que está a acompanhar, está a dar cumprimento escrupuloso aos projetos que já existem e que contemplem bolsas de estacionamento, apesar de estas já parecerem diminutas, tendo em consideração o tempo de existência dos projetos de forma a ampliar as alternativas.

Informou também de uma nova ideia (o projeto já existia) mas foi sofrendo alterações ao longo dos anos, que se situa nos terrenos onde estava a fábrica do *Orvalho*. Está contemplado, junto ao largo da Feira, a implementação de cerca de cem lugares de estacionamento. Já existem conversações no sentido de sensibilizar a entidade para esta problemática. Também dentro de alguns meses, próximo da câmara se irá verificar estacionamento para mais dez viaturas.

Relativamente à obra do Miradouro *Amália Rodrigues* fez sucintamente, o seguinte ponto de situação:

- Trata-se de um assunto desde sempre partilhado em reunião de câmara em que todos comungaram dos passos que até ao presente foram dados, sem condicionalismos de ninguém. Trata-se de um projeto da total e exclusiva responsabilidade do anterior executivo, mas que, caso fosse do atual, o projeto não seria igual, contudo respeitaram.

A empreitada foi alvo de uma candidatura no âmbito do Quadro Comunitário. Trata-se de uma obra pública, com o valor de trezentos e quarenta e oito mil euros (faltando apenas dois mil euros para ficar sujeita a Visto do Tribunal de Contas), que não sendo difícil é complexa, tendo em conta a colocação dos muretes e que tem um prazo de cento e oitenta dias para conclusão.

A esta empreitada concorreram apenas duas empresas, tendo ambas apresentado erros e omissões no projeto. Uma das empresas apresentou e desapareceu, ficando assim a outra concorrente que está a desenvolver a obra. Olhando com pormenor para o que foi o Caderno de Encargos, tem alguma dificuldade em perceber o que é possível fazer sem ilibar a empresa de responsabilidades. Ninguém a obrigou a aceitar esta posição, porém também é certo que quando se deixa ao livre arbítrio do projetista a escolha das pedras, é sinal que no futuro se teria um problema. Entendeu o atual executivo que antes do início da obra se deveria proceder à substituição das infraestruturas no subsolo, que já tinham mais de quarenta anos e que são de fibrocimento, o que foi feito pelos funcionários da câmara. Com estes trabalhos a obra começou mais tarde, mas não deixou de ter o prazo de cento e oitenta dias como previsto.

Todo o executivo, após várias conversações, chegou à conclusão ser preferível não aplicar de momento coimas à empresa, deixando para momento posterior esta aplicação. Certo é que prorrogação atrás de prorrogação a obra ficou com prazo de conclusão até 28 de fevereiro de 2019. Ao longo do tempo foram feitas variadíssimas reuniões de acompanhamento com os técnicos e eleitos (vereador Pedro Lavrado e presidente) e com a administração da empresa, sentindo desde logo que a empresa não estava “talhada” para este tipo de obra, dando disso conta em carta dirigida à Câmara afirmando que foi enganada com este projeto, acusando a câmara de falta de transparência no processo de concurso.

Durante este percurso a câmara não procedeu à alteração do projeto, exceto quando no início dos trabalhos foi detetado que uma parte destes assentava em domínio privado, no condomínio do edifício do Moisem, pelo que o projeto teve que ser retificado, para evitar transtornos e mais atrasos.

Ainda assim, quando as pedras maiores chegaram e começaram a dar origem àquilo que seria o pretenso muro, pareceu-lhes que alguma coisa não batia certa e após deslocação do projetista ao local (a câmara paga para que ele acompanhe a obra) o problema das pedras com *alma* persiste, ficando a câmara preocupada porque não quer ser prejudicada (ou pelo menos o menos possível) estando a tratar do assunto junto da CCDRLVT. A pedreira indicada pelo projetista, sita em Aguiar da Beira, orça a venda das pedras em cento e noventa e três mil euros quando a estimativa concursal é de quarenta e sete mil euros. O transporte de três ou quatro pedras custa cerca de setecentos euros e serão necessários entre quinze a vinte transportes.

Frisou que as acusações que a empresa faz à câmara estão a ser analisadas pelo gabinete jurídico da autarquia. O contrato com a empresa não foi renunciado.

Com a permissão do presidente da câmara, o vereador Pedro Lavrado esclareceu da importância de destrinçar duas vertentes: a jurídica e a política. Em relação à jurídica tratam-se de factos muito objetivos, ou seja, a empresa concorreu ao concurso, foi adjudicada a obra e assinou um contrato com prazo de execução e este não foi cumprido, estando por isso a empresa em incumprimento.

Com tudo isto é um facto que existe uma candidatura que poderá correr o risco de ser perdida, pelo que estão em negociações com a CCDD. Não haja dúvidas de que o executivo não deixará de assacar responsabilidades à empresa, quer seja na aplicação de

multas contratuais quer seja no eventual ressarcimento do prejuízo que a câmara poderá vir a ter com a perda de fundos da candidatura.

A vertente política é importante abordar nesta fase, aquilo que foi o projeto e o que foi o procedimento concursal, referindo uma vez mais o já anteriormente afirmado em outras reuniões, corroborando inclusive o presidente da câmara. De salientar quanto às pedras a aplicar nos muros e muretes, que o Caderno de Encargos apenas refere que devem ser escolhidas pelo projetista, com definições genéricas, não especificando onde serão adquiridas nem sequer a dimensão das mesmas. Outra falha grave ocorreu quando o procedimento foi lançado e foi incluído nas peças concursais a estimativa de custos com preços unitários de todos os materiais a aplicar na obra, quando normalmente o que é feito é estipular no valor base não podendo ser ultrapassado. Todos os documentos que são disponibilizados em face de concurso são considerados pelos concorrentes como bons, tendo assim que os considerar na sua proposta e deles se servir para a composição da mesma e desde logo também o preço. A obra tal como estava prevista não tinha uma estimativa real de custos.

- Presidente da câmara:

Afirmou que o executivo faz o que sabe e o que pode com o intuito de servir as pessoas que os colocou na câmara, ou seja, servir a população de Alcochete.

Do ponto de vista jurídico, a câmara está a trabalhar no sentido de imputar as responsabilidades a quem independentemente de tudo tem responsabilidades na matéria e na busca de solução para se resolver o mais rapidamente possível este assunto.

Em resposta às questões levantadas pelo deputado Henrique da Câmara, afirmou:

Não se recorda de na última década as obras feitas em Alcochete terem sido concluídas dentro dos prazos previstos, entendendo por isso, que fazer oposição a partir daqui é muito fraquinho, contudo, não deixou de explicar o motivo do atraso verificado para as obras da Escola do Valbom, da requalificação da rua do Láparo, terminando a referir que todas as obras dos concursos lançados pelo anterior executivo irão ser feitas de forma paulatina, não deixando de salientar que o atual executivo nas obras a lançar avançará com projetos e não com anteprojetos de forma a não causar dificuldades ao próximo executivo.

Quanto à questão do Multibanco em S. Francisco, lembrou que o prazo de trinta dias indicados pelo deputado era para a colocação do *bunker*, porém, posteriormente à colocação deste, existem outros trabalhos a realizar tais como a instalação elétrica e da máquina e o seu carregamento e estas são efetuadas por diferentes entidades, daí ser necessário aguardar um pouco mais.

Relativamente à questão de ser a favor ou contra a instalação do aeroporto na BA6, frisou que não tem hoje uma opinião e amanhã outra, instando a que sejam lidas as atas da Assembleia Municipal e então depois, poder-se-á concluir se mudou ou não de opinião, quanto a esta matéria. Explicou que não pactuou com a moção na altura apresentada pelo PDS que referia querer o aeroporto já naquela altura, porém, alertou para que a hipótese fosse mais estudada e melhor analisada, solicitando inclusive que o PSD retirasse a moção, tanto mais que quer o presidente da câmara, Luís Franco, quer o

presidente da Junta de Freguesia de Samouco afirmaram que nada conheciam sobre o assunto.

Em relação à notícia veiculada pela televisão, esclareceu que a sua resposta apareceu fora de contexto relativamente à conversa com a entrevistadora que perguntou: “senhor presidente como é que o senhor justifica que aqui há uns anos atrás tenham existido pessoas a defender no Campo de Tiro e agora defendem na BA6?” a que respondeu: “olhe provavelmente mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” mas daquelas pessoas e não a sua, porém, não passou toda a resposta.

A concluir, a sua opinião é que numa situação normal é defensor de cidade aeroportuária, de preferência perto de nós, para se poder beneficiar do que possa trazer um investimento desta natureza. Não há investimento nenhum que não traga problemas e que não tenha vantagens e a capacidade do líder de uma população é potencializar as coisas boas e mitigar as más, pelo que não deixa de ficar preocupado quando ouve que em 2018 cerca de sete milhões de pessoas não puderam aterrar em Lisboa por não haver capacidade de resposta e trata-se de muita receita que não fica no país, numa altura em que outros países estão a retomar o turismo.

Em resposta a Luiz Batista, afirmou que este tem toda a razão no que à requalificação das duas ruas diz respeito, porém as intervenções referidas não fazem parte do projeto e proceder à alteração do mesmo iria atrasar a obra.

A EDP, PT, MEO, NOS e outras entidades não dependem da autorização da câmara para efetuar as obras, pelo que se torna difícil à câmara controlar o como e o quando.

Informou também, que no espaço de um ano e meio foram retirados mais de trinta e cinco carros da via pública e no momento já se encontra em curso um procedimento tendo já sido notificados os proprietários das viaturas para procederem à sua remoção.

Em relação à limpeza dos terrenos, também já foram notificados todos os proprietários, tendo sido dado um prazo. Contudo, se não procederem à limpeza não é a câmara que aplica as coimas mas sim a GNR. A câmara poderá substituir-se aos proprietários e imputar os custos aos mesmos, sendo que no ano anterior apenas um não cumpriu.

Deu conhecimento que no decorrer da próxima semana reunirá no Passil o Conselho Municipal de Segurança e este tema será abordado. Será uma ação de sensibilização em colaboração com a Junta de Freguesia de Alcochete, para todos perceberem em que coimas podem incorrer e o que podem ou não fazer.

- António Almeirim:

Afirmou que as praças e largos da freguesia de Samouco estão completamente abandonados. Para lá da varredura (nem sempre bem feita) com o atual executivo ainda não foi feito rigorosamente nada nas praças e largos, pelo que apelou a que seja feita qualquer coisa nas praças e largos que estão abandonados.

- Diogo Mourão:

Relativamente à obra do Miradouro *Amália Rodrigues*, questionou como foi possível o anterior executivo ter deixado ao livre arbítrio do projetista - Prof. Sidónio Pardal – (que segundo consta não conhece a história de Alcochete), e que faz um projeto que não contem uma única palmeira, quando anteriormente aquele espaço era conhecido pelo miradouro das palmeiras.

Alertou para projetos feitos à pressa que posteriormente podem causar transtornos, que todos sentem, mas que se espera que o atual executivo resolva.

- Álvaro Costa:

A obra em questão é o prolongamento e finalização da que começou no Alfoz. Tem dificuldade em dividir a questão jurídica da política porque se as tentar separar parece-lhe que alguma coisa não bate certo porque as decisões técnicas são sempre na base das decisões políticas, ou seja, quem tem competência e responsabilidade para fazer projetos, projeta, quem tem competência para adjudicar, adjudica e quem tem competência para concorrer, concorre. Os Cadernos de Encargos são muitas vezes feitos com estimativa e quem concorre tem que ter condições para os apreciar e assumir responsabilidades.

Em determinada fase o executivo apercebeu-se que as pedras não eram as que o projetista tinha delineado, contudo, também lhe custa a acreditar que esta tenha sido a primeira obra que a empresa contratualizou. Certamente o Caderno de Encargos dar-lhe-ia uma objetividade do tipo e da forma da pedra. Tanto lá tem que estar referido alguma coisa que o executivo chegou à conclusão que as pedras não correspondiam às do projeto.

Não discute a competência do Prof. Sidónio Pardal, que está ligado a Alcochete há muito anos e que a nível nacional é considerado muito competente na sua área.

Na sua opinião não há uma vertente técnica/jurídica, porque uma sem a outra não existe. O principal é terminar a obra o mais rapidamente possível.

Quanto ao assunto do aeroporto na BA6, afirmou que esta solução nasceu de decisões políticas não envolvendo as decisões técnicas dado que estas já existiam, e com as quais se gastaram alguns milhões de euros. Se não fosse a *Troika*, certamente a primeira das quatro fases do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete já estaria concluída. Também lhe parece que o Governo já se apercebeu que o estudo de impacto ambiental pouca alteração sofrerá comparativamente com o primeiro efetuado, que negava quase em 100% a pretensão na BA6, não esquecendo os custos para retirar dali os militares.

Na sua opinião a obra na BA6 deverá ser quase impossível e se for possível será um erro, porque daqui a alguns anos se estará com o mesmo problema.

Durante esta intervenção, o deputado Luiz Batista interpelou o presidente da assembleia quanto ao decorrer do Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido esclarecido.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que apenas pretendeu saber qual a posição do presidente da câmara em relação à localização do aeroporto, dispensando por isso o tom jocoso com que o presidente da câmara lhe respondeu. Esclareceu também quanto ao Multibanco que indicou o prazo de 21 dias e não de 30 dias e que as datas apontadas quanto à Escola do Valbom, são as que foram transmitidas pela vereadora da Educação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alcochete.

Não admite que o presidente da câmara lhe chame mentiroso, porque procura estar sempre documentado quando presente numa assembleia.

Lembrou que o Albergue da Juventude está fechado desde novembro de 2017, constava que estava quase a ruir, contudo, ainda não caiu e mais, ainda nada fizeram por ele.

Quanto ao estacionamento na zona da fábrica do "Orvalho", o anterior executivo previa estacionamento para 180 viaturas e não para 100, a menos que tenha havido alterações ao projeto.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado António Almeirim, informou que regista. Vai com alguma frequência ao Samouco, obtendo da junta de freguesia informações sobre os problemas que por ali vão proliferando e dentro do que é possível em termos de competência, tentam resolver, contudo a situação apresentada ainda não lhe tinha sido transmitida. Estranha a questão da varredura, dado que os funcionários são os mesmos desde há dois anos.

Esclareceu que não se dirigiu ao deputado Henrique da Câmara com tom jocoso ao dizer que este não estava a falar verdade, porque podia até tratar-se de um lapso. Tem por todos os deputados o mesmo respeito.

Em relação ao Albergue frisou que ainda bem que não caiu. O executivo baseia-se nos pareceres jurídicos e técnicos, e de facto tem na sua posse dois pareceres cuja conclusão é de que deve ser encerrado com caráter de urgência, sob risco de derrocada.

Informou também, que nos próximos meses irá ser requalificada parte da rede viária, estando em orçamento cerca de setecentos mil euros. As escolas básicas também serão requalificadas. O executivo está a trabalhar com critério, rigor, objetividade e transparência para dar ao concelho aquilo que pelos mais variados motivos este não teve durante os últimos anos. O Albergue também será requalificado quando existirem as condições necessárias quer financeiras quer nos mais diversos capítulos para requalificar.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Andreia Sousa, em nome do PSD apresentou uma proposta de moção sobre "Dia Internacional da Mulher". (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Miríam Boieiro, em nome da CDU apresentou uma proposta de moção sobre “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Henrique da Câmara, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção “Pela renacionalização dos CTT”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão, Carla Pereira em nome do PS, solicitou a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, o que foi aceite.

Retomados os trabalhos, usaram da palavra os seguintes membros:

- Luiz Batista:

Salientou que se se fosse pelo conceito do PCP o país seria nacionalizado. A renacionalização é um conceito perfeitamente retrógrado. Se existem serviços que eventualmente necessitem de ser melhorados face ao contrato de concessão, que se chamem os responsáveis à responsabilidade e se alterem as medidas.

Chamou a atenção para a distinção entre estações e serviço postal. A existência deste nos pontos de recolha como em pontos de distribuição no levantamento de encomendas e de correio é completamente diferente. Está-se no século XXI e não no tempo da mala posta e portanto, é necessário adaptar ao que é o futuro do serviço postal dos Correios. Veja-se a quantidade de empresas que trabalham nesta área, de forma globalizada a quem os CTT não poderiam fazer concorrência se não se adaptassem.

Realçou o papel fundamental que as juntas de freguesia têm tido, evidenciando o caso da Junta de Freguesia de S. Francisco no que é o compromisso com os seus fregueses.

Por tudo isto, o PSD é contra a reversão dos CTT e dado que o assunto irá ser discutido na Assembleia da República, a presente discussão pouco irá influenciar ou ter peso naquilo que os deputados irão votar.

- Álvaro Costa:

Lembrou que o serviço postal foi privatizado com o objetivo então propalado de “melhor serviço postal”, porém este, atualmente está cada vez pior dado que as populações não estão a ser servidas como deveriam, como é o caso dos reformados entre outros. É uma crítica generalizada que se ouve de norte a sul do país, apontando a falta de transportes de um lugar para outro e ainda o seu custo, e não menos importante tratava-se de um veículo de apoio às populações mais esquecidas e distantes dos grandes centros.

Referiu também que é estranho que passado um ou dois anos da sua aquisição, foram distribuídos cinquenta e sete milhões pelos acionistas, dinheiro este que era do povo português.

Afirmou também, que é eleito municipal, português e tem todo o direito à sua opinião e a discuti-la nesta assembleia e ainda o dever de informar os deputados na Assembleia da República da opinião do concelho de Alcochete.

Esclareceu que as juntas de freguesia que assumiram, de facto assumiram também para além do serviço postal os encargos duma empresa privada, que nem os funcionários paga para além da água, luz e instalações. A possível abertura de um posto no “Intermarche”, oxalá não seja o princípio para que desapareça a estação em Alcochete.

Por tudo isto não se trata portanto de uma questão ideológica, trata-se sim de que é um serviço universal que tem que ser para todos e não só para alguns.

- Alexandre Gonçalves:

Sem de maneira nenhuma querer por em causa a necessidade do serviço postal, entende que a verdade é que se está perante um serviço público, alvo de um contrato de concessão que tem o seu “términus” em 2020 e cujo resgate não se pode fazer do *pé para a mão* porque traria certamente encargos para os contribuintes.

Reconhecem que o serviço pode não estar a funcionar da melhor forma, mas este tem agarrado a si um contrato de concessão. À ANACOM, compete zelar pelo cumprimento escrupuloso deste contrato e se não é feito, então devem ser tomadas medidas para que isso não aconteça.

Não são favoráveis à reversão não por uma questão ideológica, ou porque está a correr mal, mas porque não se deve reverter o que foi privatizado e que é na sua opinião a forma correta para evoluir e não só nestes serviços.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Entende que a moção deveria quantificar os custos da renacionalização. Já pagou por muitos erros do Estado, chegando mesmo a só receber onze meses quando no privado recebiam catorze.

É contra a privatização, porque se trata de um serviço público.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor (CDU), 9 abstenções (PS) e 5 votos contra (CDS-PP e PSD).

Carla Pereira fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Após a votação, Álvaro Costa solicitou à Mesa no sentido de a moção ser remetida com urgência às entidades competentes para que os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a recebam antes da sua votação.

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor sobre “Coletividades do Concelho”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registaram-se as seguintes intervenções:

- António Paula Soares:

Informou que há cerca de dois anos deixou o centro de Lisboa devido à má qualidade de vida em termos de ruído e escolheu Alcochete para viver. Face a isto, solicitou a atenção para o excesso de ruído provocado pela recolha do lixo que ocorre entre as 01:30H e a 01:45H, sendo que não é só o barulho dos camiões e da grua, como também os funcionários a falar muito alto. Para quem tem que se levantar às 06:30H é necessário que se compreenda que é incomodativo.

Outra situação desagradável é o facto de as pessoas alimentarem os gatos e os pombos no estacionamento por detrás do edifício das Finanças. Aconteceu que há dias ao sair da sua viatura enfiou o pé numa caixa com comida para gatos, acrescendo o facto de os carros estarem sempre sujos.

Face a esta exposição, solicitou que a câmara intervenha porque quem ali mora se sente incomodado.

- Presidente da câmara:

Deu as boas-vindas ao munícipe por ter escolhido Alcochete para viver.

Em relação ao barulho provocado pela recolha dos resíduos sólidos urbanos, informou que nunca lhe tinha sido colocado. Regista e junto dos Serviços procurará que o serviço na zona de residência do munícipe possa ser feito mais cedo.

Informou também que já está em Orçamento a aquisição de uma viatura de recolha de monos e de outros resíduos mais pequenos que irá permitir a recolha de alguns outros resíduos que não propriamente os domésticos.

Quanto à alimentação dos animais, trata-se de uma situação que estão a acompanhar com particular interesse. De momento a câmara não tem condições para construir um gatil. Existe um canil que não representa com dignidade o que lhe querem dar.

Há já algum tempo que o vereador do pelouro se encontra a desenvolver um trabalho que será apresentado muito em breve e que tem a ver com o ordenamento das colónias existentes em todo o concelho, no sentido de resolver ou pelo menos, minimizar a situação.

No Período de Intervenção do Público, ausentou-se do salão o deputado António Joaquim Gomes Almeirim.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram intervenções.

PONTO 2 – RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo á Minuta da Ata)

Com permissão do presidente da câmara, o vereador Vasco Pinto, informou em conjunto o ponto 3 e o ponto 4.

PONTO 3 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALCOCHETE” – Proc.º 02/19/CP:
- Início de procedimento (Decisão de Contratar); Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos); Designação do Júri; Nomeação do Gestor de Contrato; Aprovação da Minuta do anúncio do procedimento em “Diário da República”

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador Vasco Pinto:

Afirmou que os dois processos visam dotar os dois equipamentos de cafetarias que possam servir de espaços dinamizadores de atração de novos públicos e também para o município representar mais-valias a nível de criação, tendo em conta que são dois espaços que não são utilizados e há necessidade de os rentabilizar.

Os Cadernos de Encargos são muito semelhantes, sendo que as diferenças são referentes à duração do contrato, horário e ao valor de renda.

- Álvaro Costa:

Considerou correto o que está a ser feito para animar estes dois espaços públicos com este tipo de equipamento. Contudo, e apesar de o concurso público ser uma figura de Lei, entende que utilizar este para contratos deste tipo, irá certamente afastar muitas pessoas interessadas, porque se trata de um processo burocrático e a inscrição no Portal não é gratuita. Em termos de transparência, não é só este tipo de procedimento que é legal.

- Luiz Batista:

Concordou com o deputado Álvaro Costa, porque entende que sobretudo na Biblioteca se corre o risco de o concurso ficar deserto. No Fórum é diferente, porque para além dos eventos ali realizados, também permite ter um horário diferenciado o que poderá vir a captar pessoas das zonas envolventes.

Deu os parabéns à câmara por esta iniciativa, contudo, tem uma única reserva que diz respeito à utilização dos sanitários porque entende que poderá vir a causar problemas, sugerindo a colocação de sanitários autónomos.

- Presidente da câmara:

Registou com agrado as preocupações enunciadas, porém entende que planear e executar tem estes riscos. Seria certamente mais tranquilo deixar tudo como até aqui, mas é necessária coragem e o executivo tem demonstrado isso.

- Vereador Vasco Pinto:

Esclareceu ainda, que inicialmente as peças começaram a ser preparadas para ser uma Consulta Prévia, só que entretanto, foram recebidos *mails* (não sabe por via de quem), o que levou o executivo a pensar que existiriam outras pessoas interessadas que não conheciam e que através de consulta prévia não seriam provavelmente contactadas.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata).

PONTO 4 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE” – Proc.º 01/19/CP:

- **Início de procedimento (Decisão de Contratar); Escolha do procedimento e aprovação das peças (Programa de Concurso e Caderno de Encargos); Designação do Júri; Nomeação do Gestor de Contrato; Aprovação da Minuta do anúncio do procedimento em “Diário da República”.**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 – DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO DE CADA BANCADA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O presidente da Assembleia Municipal propôs a retificação ao título do ponto, passando a designar-se “**Designação dos elementos de cada bancada para o Conselho Municipal de Segurança**”, o que foi aceite por unanimidade.

Foram designados:

Pelo CDS-PP foi designado Alexandre Gonçalves;
Pelo PSD foi designado Luiz Batista;
Pelo PS foram designados: Diogo da Silva Mourão e António Maduro;
Pela CDU foram designados: Ana Luísa Lourenço e Maria de Fátima Lima Vieira.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a inclusão de mais um ponto com o título “DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO DE CADA BANCADA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE.

Submetido à discussão e votação, foi aprovada a inclusão do ponto, por unanimidade.

Foram designados:

Pela CDU foi designado Rodolfo Pereira
Pelo PS foi designada Teresa Condelipes Rei
Pelo PSD foi designada Andreia Sousa
Pelo CDS-PP foi designada Ana Mafalda Marques

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

O presidente da Assembleia Municipal informou que na primeira quinzena de março do corrente ano, se realizará uma sessão extraordinária.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:45 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,